

A educação e contratendências à crise orgânica do capital

Aluisio Pampolha Bevilaqua

Cientista Político pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre e Doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Professor e Pesquisador do Centro de Educação Popular e Pesquisas Econômicas e Sociais (CEPPES) e da Rede e Cátedra em Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (REGGEN) da UNESCO e da Universidade das Nações Unidas (UNU).

Resumo

O artigo analisa as teorias sobre o capital humano e a teoria marxista sobre a crise, estabelecendo quadro comparativo entre ambas, partindo do pressuposto que a atual crise do sistema capitalista é uma crise distinta das que se manifestaram até agora por seu caráter estrutural, orgânico e de transição para outro modo de produção. Procura entender crise da organicidade do capital e estabelecer pistas para sua superação.

Palavras-chave: Educação. Crise. Teoria do Capital Humano. Teoria do Colapso.

Abstract

The article aims to establish comparative table between calls theories of human capital and the Marxist theory of the crisis of capital, assuming that the current capitalist system crisis is a distinct crisis from those expressed so far by its structural character, organic and transition to another mode of production. Seeks to understand the crisis of capital organic nature and establish avenues for overcoming them.

Key words: Education. Crisis. Theory of Human Capital. Theory of the Collapse

Resumem

El artículo tiene como objetivo establecer cuadro comparativo entre las llamadas teorías del capital humano y la teoría marxista de la crisis del capital, en el supuesto de que la crisis actual sistema capitalista es una crisis distinta de las expresadas hasta ahora por su carácter estructural, orgánica y de transición a otro modo de producción. Busca comprender la crisis de la naturaleza orgánica de capital y establecer vías para superarlas.

Palabras clave: Educación. Crisis. Teoría del Capital Humano. El colapso de la teoría.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo estabelecer um quadro comparativo entre as chamadas teorias do capital humano e a teoria marxista sobre a crise do capital, partindo do pressuposto que a atual crise do sistema capitalista é uma crise distinta das que se manifestaram até agora por seu caráter estrutural, orgânico e de transição para outro modo de produção. Parte-se da análise das obras de Theodore Schultz, *Valor Econômico da Educação* (1967) e *O Capital Humano* (1973), e confronta-se suas principais teses com a teoria marxista no próprio Marx e em Henryk Grossmann. Tem-se como hipótese que as chamadas teorias do capital humano buscam obscurer a nova mensuração da riqueza, em razão dos limites do paradigma do tempo socialmente necessário em razão da crescente composição orgânica do capital, particularmente notável nos países centrais do sistema capitalista.

As transformações no modo de produção capitalista conhecidas como revolução científico-técnica colocam no centro do debate os impactos econômicos na ciência e na educação. Procuramos situar particularmente a educação nesse contexto e estabelecer pistas para a superação da crise, reconhecendo nos aspectos subjetivos o desafio a ser enfrentado para a criação das condições de superação.

Teorias sobre o capital humano e capitalismo do pós-guerra

A concepção de capital humano apresentada no trabalho *Valor Econômico da Educação* de Schultz serve, evidentemente, à mudança de paradigmas econômicos decorrentes do esgotamento do modelo keynesiano; como aponta Frigotto, o resultado dos paradigmas neoliberais sobre a educação, passando do taylorismo à “acumulação flexível” (2010, pp. 86-87). O tema era de grande centralidade nos anos 60 e 70 e a referida teoria exerceu grande atração por seu apelo salvacionista: o fraco investimento em educação era a causa das dificuldades dos países subdesenvolvidos, ou periféricos.

A educação, considerada investimento individual das pessoas em si mesmas com o objetivo de auferir lucros maiores no futuro, desloca a intervenção do Estado, característica do keynesianismo, e passa a envolver o sistema financeiro como solução neoliberal para o problema do consumo dos países desenvolvidos que enfrentavam o fim da fase de prosperidade do ciclo econômico ampliada pelo Estado de Bem-Estar Social no pós II Guerra Mundial. Nesta perspectiva, a mercantilização do ensino responde aos interesses do capital nos níveis de mediação apontados por Frigotto como, em primeiro plano, mais imediato, ampliando a oferta e procura de novas mercadorias através da privatização da mesma; segundo, “pinçando” ou diferenciando a força de trabalho através da qualificação, designando indivíduos a tarefas de gerência, serviços, inteligência ou ao desemprego e miséria; terceiro, postergando a entrada de jovens no mercado de trabalho saturado, portanto incapaz de absorvê-los.

Porém, ao considerar o quadro de crise dessas economias da perspectiva de uma concepção de crise estrutural e não apenas cíclica, revela-se uma dinâmica oculta que envolve diversas contratendências utilizadas pelos países cujas economias encontram-se na situação de crise do paradigma de mensuração de valor, na medida em que o tempo de trabalho socialmente necessário perdeu sua vigência. A teoria do capital humano serve como medida para tentar manter esse paradigma atuante ao, contraditoriamente, burlar essa mesma medida.



Almoçando no arranha-céus, 1932, Charles C. Ebbet.

Fonte: <http://falacultura.com/10-fotos-mais-famosas-mundo/>

Há uma parte visível desta dinâmica na qual a educação como mercadoria afeta positivamente a renda nacional ao aumentar o consumo de uma força de trabalho que “recebe” os “salários não recebidos” em forma de empréstimos. O aumento da demanda efetiva é uma contratendência à queda da taxa de lucros, quando, perante a incapacidade de realização, o capital fictício amplia ainda mais a separação entre compra e venda, adiantando esta sem resolver o problema, apenas postergando-o. A crise atual da dívida dos estudantes universitários nos Estados Unidos, que ultrapassou a soma de um trilhão de dólares em 2014 (ROSSI, 2014, 00:24:46; FEDERAL RESERVE OF NY, 2014) e a dívida dos cartões de crédito permitiram que a crise econômica nesse país se dilatasse ainda mais, lançando sobre os jovens o peso dessa medida desesperada para evitar o colapso do sistema. Para além dessa constatação, isso tem maiores implicações no interior da relação capital-trabalho, de natureza mais profunda, pois representa contraditoriamente um investimento em capital variável, ou seja, um freio ao aumento na composição orgânica do capital que se dá fora da esfera da produção.

Nesse sentido, o conceito de salários não recebidos apresentado por Schultz em *O valor econômico da educação* é elucidativo; não é casual que o autor teve o cuidado de alterá-lo em seu trabalho posterior *O Capital Humano* (1973) por “rendimentos previamente estabelecidos ou renda prévia” (p. 46). Em um momento de crise cíclica nos Estados Unidos, um investimento em força de trabalho qualificada que se reflete em aumento de produtividade e na taxa de mais-valia não se constitui em solução real, pois, na década de 1970, o centro do imperialismo mundial já se encontrava próximo ao limite superior de composição orgânica na produção, ou limite mínimo do tempo socialmente necessário, impedindo o aumento na taxa de mais-valia como contratendência aplicável. Um aumento de salários se reveste de aparência de contrassenso, porém, é a expressão real do que concluiu Grossmann como única possibilidade para o capital: “o sistema tem que colapsar ou as condições especificadas

para o sistema devem ser violadas” (GROSSMANN, p.112). Porém, compreender as possíveis consequências de um aumento em capital variável, ou seja, aumento nos salários, implica analisar suas consequências a partir da indagação que Schultz evitou: quem arca com os custos?

Considerando a própria força de trabalho diretamente responsável por seu investimento em capital humano, ou seja, que seus “salários não recebidos” sejam cobertos por seus salários reais, produzidos como tempo socialmente necessário e não apropriados pela burguesia como excedente, o resultado inevitável é o esmagamento dos lucros e, portanto, crise. As leis de financiamento federal e estadual para a educação superior dos Estados Unidos, decretadas na década de 1960 por Johnson, foram revogadas por Ronald Reagan, um dos principais expoentes do neoliberalismo, enquanto governador da Califórnia, na década de 1970, e presidente dos Estados Unidos, em 1984, justamente sob o argumento de que, sendo um investimento cujo benefício é individual e privado, os próprios indivíduos deveriam pagar por ele (ROSSI, 2015, 00:41:47).

Ao retomar o modelo que nos oferece Marx em seus esquemas de reprodução, examinados por Grossmann, podemos observar a relação matemática que explica como funciona essa contratendência internamente à produção. Considerando a taxa de mais-valia, m/v , a causa principal da tendência ao colapso, entende-se que, ainda que aumente o capital variável através da qualificação e complexificação do trabalho acompanhada pela incorporação da ciência e da técnica ao capital produtivo e consequente aumento da produtividade, essa proporção tende a diminuir, implicando redução na massa de mais-valia a longo prazo. Porém, a teoria do capital humano procura obscurecer essa dinâmica, pois na medida em que se aumenta o investimento em capital variável sem um aumento na taxa de exploração do trabalho, resultaria, portanto, em um aumento na massa de mais-valia. A escalada da inflação e as variações unilaterais aplicadas pelo governo dos Estados Unidos são as medidas econômicas paralelas que coroam a efetividade desse subterfúgio neoliberal.

A grande indústria estadunidense, em sua condição de monopólio, pode manter preços artificialmente através da aplicação de taxas de lucro desproporcionais em relação aos verdadeiros custos de produção. A aplicação da ciência e da educação à produção, que rompe com a capacidade da relação tempo de trabalho socialmente necessário, constituindo o principal elemento que empurra a relação capital a seu colapso, é o alvo das novas teorias utilizadas pela burguesia para frear essa tendência, ao incorporar aos custos de produção, através da especulação, valores que são impossíveis de medirem-se no paradigma atual. Em sua condição de império e detentor do monopólio do dólar, os Estados Unidos e outras economias desenvolvidas mantiveram no mercado internacional relações de troca desiguais com as economias menos desenvolvidas. O discurso ideológico da teoria do capital humano e suas teses subsequentes como capital intangível, capital intelectual, cognitivo, etc., justifica preços descolados de seu valor ao incorporar supostamente benefícios que não constituem valores tangíveis ou materiais, como sensações, benefícios de saúde, *status*, etc. Como detentores do monopólio da ciência e da tecnologia, assim como da comunicação, podem fixar preços e estabelecer troca desigual com base nesse discurso. Se um país subdesenvolvido ou de economia em desenvolvimento adota essa postura de capital humano, não é capaz de sustentá-la economicamente nas relações de troca no mercado internacional, como demonstra o preço consideravelmente menor das mercadorias de alta tecnologia produzidas na China. Os países com alta composição orgânica do capital, cujo tempo socialmente

necessário para produção de mercadorias atingiu um mínimo histórico, estão com produção estagnada e, ao adotar as teorias que ocultam essa condição e criam valores artificiais, sustentando uma taxa de lucro acima da média, podem auferir superlucros e transferir mais-valia das economias com menor composição orgânica que extraem maiores massas de mais-valia e ainda crescem economicamente com o aumento da produtividade e uma composição orgânica crescente.

Por último, é importante destacar que as novas teorias transfiguradas do capital humano, a teoria do capital intelectual, cognitivo, a teoria do trabalho imaterial, entre outras, naturalmente não são aspectos estranhos ao processo histórico da teoria marxista e ao próprio Marx, que já combatia as tentativas de eternização do capital na introdução aos *Grundrisse*, como se segue:

“Um exemplo. Nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, ainda que este instrumento seja somente a mão. Nenhuma é possível sem trabalho passado, acumulado, ainda que este trabalho seja somente a destreza que o exercício repetido desenvolveu e concentrou na mão do selvagem. O capital, entre outras coisas, é também um instrumento de produção, é também trabalho passado objetivado. De tal modo, o capital é uma relação natural, universal e eterna; porém só é se eu deixo de especificar, o que faz de um “instrumento de produção”, do “trabalho acumulado” um capital” (MARX, 2009, v. 1, p. 5).

Teorias sobre capital humano e teoria marxista sobre a crise

O presente artigo identifica estas teorias como tentativas de eternização do capital, na medida em que tentam violar as leis do próprio capital que se opõem ao capital. Estas, como demonstrou o trabalho de Frigotto, se apoiam na denominada revolução informacional, sociedade do conhecimento, sociedade pós-industrial, como ponto de viragem dos conceitos de capital e trabalho, o mesmo que alegou Schultz ao tempo da formulação de sua teoria do capital humano. Como se observa na obra deste economista patrocinada pela Ford Foundation, as mudanças tecnológicas e técnicas que ocorrem ao final da década de 1950 e no transcurso da década de 1960, motivadas pela expansão do complexo industrial-militar decorrente da corrida aeroespacial, período denominado de guerra fria, se consomem em fortes contradições e tendências a uma nova crise do capital aos moldes de 1929.

Desta maneira, uma teoria que explique o crescimento do consumo, em termos conceituais, do capital e do trabalho aceito, que não era explicável, a famosa tese dos resíduos, se apresentava incólume às tentativas de desvendá-la. Porém, era bem-vinda para explicar a intensificação da exploração do capital no próprio país e as diferenças de salários entre brancos, negros e latinos, homens e mulheres e, sobretudo, abrir um campo para o investimento do capital financeiro e o avanço da educação privada em todos os níveis. A teoria do capital humano atende a todos estes aspectos, sua tese de que o resíduo na renda nacional dos Estados Unidos, que era inexplicável, encontra sua justa elucidação no investimento em capital humano, i. e, custos da educação que os familiares do aluno arcam sem contabilização na renda nacional, sem dúvida, ofuscou sua verdadeira intencionalidade: ampliar a taxa de mais-valia e de lucro capitalista e neutralizar a tendência decrescente da taxa de lucro, que já estava plenamente visível ao período em que Schultz é agraciado com o Prêmio Nobel:

“Não obstante, sem qualquer mutação técnica, havia uma estrutura de capital que consistia de mais de uma forma de capital. Todavia, afirma-se que “... o puro modelo de Adam Smith é consistentemente levado a seus termos pela suposição de que a única forma de capital é o capital de circulação”. Exceto pela introdução explícita dos rendimentos decrescentes concedidos à terra, Ricardo segue estritamente a análise de Smith e, desta forma, “temos o mesmo confinamento ao capital de circulação e a mesma homogeneidade de capital” (SCHULTZ, 1973, p. 30).

Este economista, a exemplo da plêiade de teóricos patrocinados por grandes grupos monopolistas internacionais para formularem teorias distorcidas, pseudoteorias e discursos apologetas ao capital, sem o menor pudor, já justificava sua formulação perante a crítica marxista, alegando:

“A inevitabilidade histórica do progresso tecnológico não constituía parte da teoria de Marx que sacudiu a complacência dos economistas, embora essa parte particular tornou-se crescentemente relevante no campo do moderno crescimento econômico. [...] não há escassez de modelos econômicos para lidar com a mutação técnica. O menos útil é uma família de modelos que introduz as mudanças técnicas como uma tendência variável” (SCHULTZ, 1973, p. 24).

Schultz e a teoria do capital humano são arquétipos dos teóricos que agora esgrimem a formulação de Marx nos *Grundrisse* em torno do *general intellect* e do *knowledge social* geral, como o império da subjetividade e base conceitual do que denominam revolução informacional, sociedade pós-industrial, pós-moderna, trabalho imaterial, capitalismo cognitivo, sociedade do conhecimento, terceira revolução industrial, para fundamentar teorias que tentam incorporar a produtividade social geral, desenvolvida até então pelas forças produtivas no capitalismo, em que a ciência e a educação tornam-se agentes protagonistas atuando na organicidade do capital e composição-valor, o capital constante e capital variável, na clara tentativa de justificar ou dar ar de cientificidade à burla histórica da velha conhecida troca desigual.

Estas novas teorias, a exemplo de Schultz, também reivindicam as transformações tecnológicas e mudanças na sociabilidade geral dos agentes de produção, trabalhadores e capitalistas, para incorporarem seus contrabandos aos conceitos de capital, trabalho e valor; ao primeiro, abarcando a ideia de que o ser humano em sua integralidade pertence ao capital como nos tempos coloniais reconhecia-se a origem das pessoas pelos sobrenomes dos senhores escravocratas ou dos feudos; a ideia de capital humano é a ideia de aprisionamento da humanidade à propriedade do capital, a ideia de capital intelectual é a ideia de aprisionamento do intelecto geral ou *knowledge social* geral à propriedade do capital:

“O desenvolvimento do meio de trabalho como maquinaria não é fortuito para o capital, mas que é a metamorfose histórica do meio de trabalho legado pela tradição, transformado em adequado para o capital. A acumulação do saber e da destreza, das forças produtivas gerais do cérebro social, é absorvida assim, com respeito ao trabalho pelo capital e se apresenta, portanto como propriedade do capital, e mais precisamente do capital fixo – na medida que este ingressa como verdadeiro meio de produção ao processo produtivo” (MARX, 2009, pp. 219, 220 e 221).

Mas se é a propriedade sobre o geral também é sobre o particular, o individual; a ideia da redução da totalidade da vida material ao sistema de linguagem binária,

ou melhor dizendo, linguagem de máquina, revela o absurdo da colonização do ser pela consciência atrofiada às combinações do sim e do não, ou do um e do zero, que justificam a força do aparato de comunicação sobre os sujeitos históricos e sua subjetividade geral.

Efeitos da crise orgânica do capital na educação

Neste contexto, a violação da lei do valor, particularmente do paradigma de mensuração do valor, o tempo de trabalho socialmente necessário, que se tornou estreito para mensurar o valor da ciência e da educação incorporados, direta e indiretamente, ao processo de produção, faz da teoria econômica mero charlatanismo, pois na essência o capital age como aquele ridículo e retrógrado especulador que valoriza seu capital pelo desenvolvimento do capital em geral que pressupõe a existência do seu capital cujo exemplo mais simples se encontra no especulador imobiliário, da mesma forma age o capitalista atual em relação aos preços de seus produtos: quanto maior o desenvolvimento da ciência e da educação em geral, do desenvolvimento das relações de intercâmbio e cooperação sociais que atuam como condições indiretas sobre sua produção, maior a especulação quanto ao valor de seus produtos e o superlucro do qual participa abandona a esfera do trabalho por tempo, embora seja esta medida a que toma para estabelecer seu preço especulativo. A educação, a exemplo da ciência, como explicou Marx em *O Capital*, nos *Grundrisse* e nas *Teorias da Mais-Valia*, embora possa ser objeto de produção de mais-valia, nunca poderá ter seu verdadeiro valor mensurado em tempo social, posto que incorpora um tempo histórico incomensurável na formação do intelecto geral e no desenvolvimento do conhecimento social geral da humanidade, com suas continuidades, descontinuidades, rupturas, saltos e regressões.

A educação, mesmo agrilhoadada pela ciência cativa do capital e à produção, deve superar sua dilaceração e reclamar sua unidade congênita com a ciência, do mesmo modo que o operário, que produz seu próprio produto como capital que o oprime e subsume, deve reclamar sua unidade com sua própria objetivação como trabalho. Em ambos os casos, a trajetória para solucionar a contradição está umbilicalmente ligada: a unidade entre educação e ciência, assim como a unidade entre operário e sua objetivação, exigem a luta direta pela revolução social. A crise de paradigma da educação é a crise de paradigma da ciência, e a crise de ambas, a própria crise da relação-capital em sua organicidade e composição-valor. A resolução encontra-se no outro do capital, no outro da ciência, no outro da educação: nos trabalhadores e massas oprimidas em todo o mundo.

Marx afirmou nos *Grundrisse*:

“A natureza não constrói máquinas, nem locomotivas, estradas de ferro, telégrafos elétricos, selfacting mules, etc. São estes produtos da indústria humana; material natural, transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atuação na natureza, são órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força objetiva do conhecimento. O desenvolvimento do capital fixo revela até que ponto o conhecimento ou knowledge social geral, se converteu em força produtiva imediata e, portanto até que ponto as condições do processo de vida social mesmo, entraram sob o controle do general intellect e remodeladas conforme o mesmo. Até que ponto as forças produtivas sociais são produzidas não somente na forma do conhecimento, mas como órgãos imediatos da prática social, do processo vital real” (MARX, 2009, Vol. II, pp. 229-230).

A proposição prática e teórica do artigo visa contribuir com a superação da crise de paradigma da Educação e entendê-la como crise da organicidade do capital, como tal é necessária a luta de classes, particularmente, na teoria e na prática educacional com o objetivo da revolução social.

Nestes termos, a educação deve seguir o caminho histórico das grandes revoluções no conhecimento: a formação de núcleos experimentais de formação e formulação pedagógica estratégica, que resistam às investidas do capital de destruição da escola e da universidade como espaço de domínio público, conquistado a sangue, nervos e cérebro, dos setores mais comprometidos com a causa comum da humanidade, articulados à luta histórica dos trabalhadores e classes oprimidas, pela liberdade; e repensar a pedagogia sob o paradigma do tempo livre como objetivo estratégico de uma sociedade de igualdade e justiça comum, a pedagogia revolucionária, em que o papel da educação, em sua unidade de ensino/aprendizagem e pesquisa/interação, seja o pleno domínio social do conhecimento geral ou do intelecto geral.

Referências Bibliográficas

BEVILAQUA, Aluisio Pampolha. **A Crise do Capital em Marx e suas Implicações nos Paradigmas da Educação**. Rio: Inverta; Fortaleza: Edições UFC, 2011.

FEDERAL Reserve Bank of New York. <https://www.newyorkfed.org/microeconomics/hhdc.html>

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GROSSMANN, Henryk. **Ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista: una teoría de la crisis**. 3ª ed., México, D.F.; Madrid, España: Siglo XXI Editores, 2004. (Biblioteca del pensamiento socialista).

MARX, K. **Elementos Fundamentales Para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)**: borrador 1857-1858. México, D.F.; Buenos Aires, Argentina; Madrid, España: Siglo XXI editores, 2009. 3 Vols.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **O Valor Econômico da Educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Filmografia

Ivory Tower / Torre de Marfim. Dir. Andrew ROSSI. CNN Films. EUA, 2014, 90 min.

Artigo recebido em dezembro de 2015 e aprovado para publicação em janeiro de 2016.